

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

### 3. ORÇAMENTO DE 2022

**A tramitação do Orçamento de 2022 foi muito afetada pela PEC dos Precatórios.** A proposta, que resultou nas Emendas Constitucionais nº 113 e nº 114, alterou o teto de gastos da União e estabeleceu um limite para a despesa com sentenças judiciais e precatórios. À espera da aprovação da PEC, o Auxílio Brasil, de R\$ 400,00 mensais, o reajuste de gastos indexados à inflação e outras demandas do Congresso, como as emendas de Relator-Geral do Orçamento e o aumento dos recursos para o financiamento das eleições. Promulgados os novos comandos constitucionais, o Congresso pôde enfim promover os ajustes na peça orçamentária. Ao fim do processo, o déficit primário do governo central para 2022, previsto no Orçamento, ficou em R\$ 79,4 bilhões, acima dos R\$ 49,6 bilhões da proposta encaminhada pelo Executivo em agosto e dos R\$ 38,2 bilhões calculados pela IFI para 2021 com base em dados coletados no sistema Siga Brasil. O quadro fiscal, já impactado pelo aumento recente dos juros, piorou.

A presente seção analisa os principais pontos do Orçamento aprovado pelo Congresso em dezembro.

**A aprovação da PEC dos Precatórios<sup>1</sup> gerou um espaço fiscal total de R\$ 112,6 bilhões no teto de gastos de 2022.**

O espaço decorre de duas alterações no texto constitucional. A primeira é a mudança na forma de cálculo do teto de gastos (EC 95, de 2016), que passou a ser corrigido pelo IPCA acumulado em doze meses até dezembro (na regra original, era o IPCA acumulado até junho). Com a inflação de 2021 já conhecida (10,1%), sabe-se que, em 2022, o limite será R\$ 67,7 bilhões maior do que o calculado pela regra antiga (R\$ 1.677,7 bilhões contra R\$ 1.610,0 bilhões). A segunda alteração é a fixação de um limite para despesas com sentenças judiciais e precatórios sujeitas ao teto de gastos. Essas despesas, antes previstas em R\$ 89,1 bilhões, serão de R\$ 44,2 bilhões em 2022, uma redução de R\$ 44,9 bilhões, já considerando o dado oficial de inflação<sup>2</sup>. Somando-se os dois efeitos, o espaço total alcançou R\$ 112,6 bilhões. A projeção da IFI, divulgada no RAF de dezembro<sup>3</sup>, era de R\$ 117,9 bilhões, compatível com a nossa estimativa de 10,4% para o IPCA de 2021.

**O novo teto de gastos de 2022 é inferior ao do Orçamento aprovado pelo Congresso.** O Relatório Final do PLOA considerou a estimativa de 10,18% para o IPCA de 2021, ligeiramente acima do dado oficial (10,06%). Essa diferença fez com que o valor máximo para as despesas primárias utilizado na aprovação do Orçamento ficasse R\$ 1,8 bilhão acima do teto de gastos calculado segundo a nova regra. As recentes mudanças no teto de gastos também permitem que esse excesso seja compensado apenas na apuração dos limites de 2023. Na prática, abre-se a possibilidade de os orçamentos operarem sempre acima do limite constitucional, postergando-se eventuais ajustes para o período seguinte.

---

<sup>1</sup> A PEC dos Precatórios, durante a tramitação no Congresso, desmembrou-se em duas propostas, as PECs nº 23 e nº 46, ambas de 2021. A primeira deu origem à Emenda Constitucional nº 113 e a segunda resultou na Emenda Constitucional nº 114, como já mencionado.

<sup>2</sup> Para calcular o espaço aberto com o limite de gastos com sentenças judiciais e precatórios, a IFI considera um gasto de R\$ 32,2 bilhões no ano-base (2016). Esse é o valor da despesa paga no programa 0901, em 2016, acrescida do gasto classificado no "elemento de despesa" 91 realizado em outros programas orçamentários. Corrigida pela nova regra, a despesa de 2016 levaria ao teto de R\$ 44,2 bilhões em 2022. A diferença para R\$ 89,1 bilhões (valor inicialmente previsto na proposta orçamentária) representa o espaço fiscal. Dada a ausência de maiores informações sobre a memória de cálculo dos dados disponibilizados pelo Executivo ou pelo Congresso, durante a tramitação do Orçamento, o valor utilizado pela IFI pode ser diferente daquele calculado pelo governo.

<sup>3</sup> Todos os Relatórios de Acompanhamento Fiscal estão disponíveis aqui: <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

No Poder Executivo, o limite maior do Orçamento encontra-se preenchido com novas despesas, gerando um excesso de R\$ 1,8 bilhão nos gastos primários sujeitos ao teto (Tabela 5). Nos demais Poderes e órgãos autônomos, por outro lado, o orçamento contém uma folga de R\$ 3,1 bilhões em relação aos novos limites, levando a uma sobra líquida de R\$ 1,3 bilhão.

A Tabela 5 compara o teto de gastos, já com o IPCA apurado em 2021, com as despesas sujeitas ao teto no Orçamento aprovado pelo Congresso. Com exceção do Executivo, todos os demais Poderes e órgãos possuem gastos inferiores aos respectivos limites.

**TABELA 5. TETO DE GASTOS E DESPESA SUJEITA AO TETO POR PODER E ÓRGÃO AUTÔNOMO (R\$ BILHÕES)**

Poder/Órgão	Teto de gastos 2022	Despesa sujeita ao teto	Excesso (+) / Folga (-)
<b>Total</b>	<b>1.677,7</b>	<b>1.676,4</b>	<b>-1,3</b>
<b>Poder Executivo</b>	<b>1.605,1</b>	<b>1.606,9</b>	<b>1,8</b>
<b>Demais Poderes</b>	<b>72,6</b>	<b>69,5</b>	<b>-3,1</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>14,5</b>	<b>13,9</b>	<b>-0,6</b>
Câmara dos Deputados	7,0	6,7	-0,3
Senado Federal	5,1	4,9	-0,2
Tribunal de Contas da União	2,4	2,3	-0,1
<b>Poder Judiciário</b>	<b>49,9</b>	<b>47,8</b>	<b>-2,1</b>
Supremo Tribunal Federal	0,7	0,7	-0,0
Superior Tribunal de Justiça	1,8	1,7	-0,1
Justiça Federal	12,9	12,4	-0,5
Justiça Militar da União	0,6	0,6	-0,0
Justiça Eleitoral	8,5	8,2	-0,3
Justiça do Trabalho	22,0	21,1	-0,9
Justiça do Distrito Federal	3,1	3,0	-0,1
Conselho Nacional de Justiça	0,2	0,2	-0,0
<b>Defensoria Pública da União</b>	<b>0,6</b>	<b>0,6</b>	<b>-0,1</b>
<b>Ministério Público da União</b>	<b>7,6</b>	<b>7,3</b>	<b>-0,3</b>
Ministério Público da União	7,5	7,2	-0,3
Conselho Nacional do MP	0,1	0,1	-0,0

Fonte: IBGE e Relatório final da CMO sobre o PLOA 2022. Elaboração: IFI.

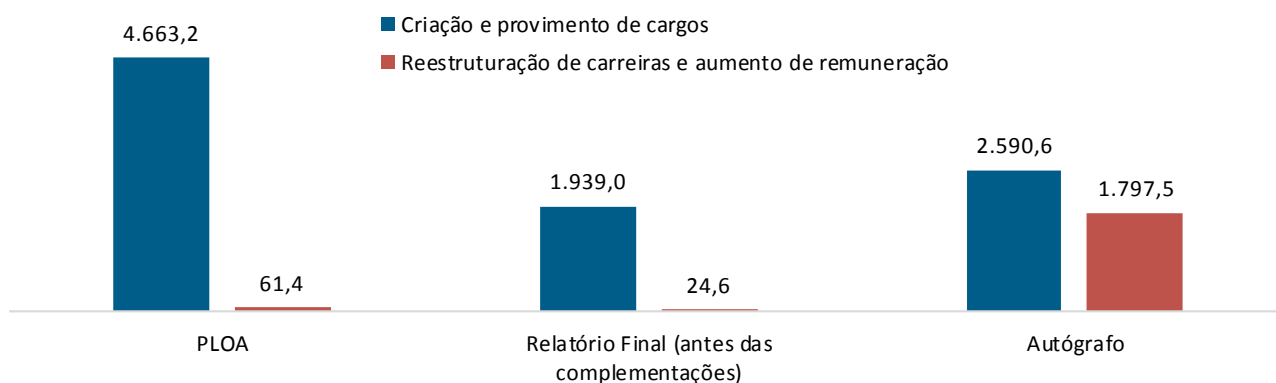
**Na apreciação do Orçamento, o valor do espaço gerado pela PEC dos Precatórios foi de R\$ 113,1 bilhões.** Como o Relatório Final do PLOA considerou a estimativa de 10,18% para o IPCA, a margem para ampliação de despesas foi de R\$ 113,1 bilhões, diferente dos R\$ 112,6 bilhões calculados a partir do IPCA apurado em 2021 (10,06%). Dos R\$ 113,1 bilhões, R\$ 69,6 bilhões decorrem do recálculo do teto de gastos e R\$ 43,5 bilhões da redução de gastos com sentenças judiciais e precatórios sujeitos ao teto de gastos.

**Cortes em pessoal e redução do impacto fiscal dos gastos do RGPS ampliaram espaço para aumento de despesas.**

Além da PEC dos Precatórios, dois outros fatores ampliaram o espaço fiscal disponível para inclusão de novos gastos no PLOA. O primeiro se refere aos cortes promovidos pelo Relator-Geral em gastos com pessoal. No Relatório Final do PLOA, antes das duas complementações que faria em seguida, o relator cortou R\$ 2,8 bilhões em gastos com pessoal. A contenção mirou, em particular, despesas com criação ou provimento de cargos, que incluem, por exemplo, contratações via concurso público. O relator, contudo, complementou seu voto e recompôs, em R\$ 651,5 milhões, parte dos cortes realizados anteriormente, além de incluir R\$ 1,8 bilhão a título de reestruturação de carreiras e aumento de remuneração de servidores. As despesas com pessoal no Orçamento somam R\$ 336,1 bilhões, próximas à projeção da IFI, que é de R\$ 335,4 bilhões (vide Tabela 7, no fim desta seção).

O Gráfico 19 resume as alterações feitas no Anexo V do PLOA, que trata das autorizações para aumento de gasto com pessoal.

**GRÁFICO 19. ALTERAÇÕES DO CONGRESSO NOS GASTOS COM PESSOAL (R\$ MILHÕES)**



Fonte: Proposta Orçamentária do Executivo e Relatório Final da CMO. Elaboração: IFI.

O segundo fator se refere à inclusão, na complementação do voto do Relator-Geral, de R\$ 3,2 bilhões a título de *float* nos gastos do RGPS. O chamado *float* nasce do fato de que parte das despesas previstas no Orçamento é paga apenas no início do ano seguinte, não impactando o resultado do exercício. Isso acontece porque não necessariamente o mês de competência de uma despesa orçamentária equivale ao mês em que o pagamento efetivo é realizado (que é a métrica utilizada na apuração dos resultados fiscais). Logo, em todos os anos: (i) pagam-se despesas previstas no Orçamento do exercício anterior; e (ii) postergam-se, para o exercício seguinte, pagamentos de despesas previstas no Orçamento corrente. A diferença entre esses dois valores é o *float*.

Quando positivo, significa que o gasto, para efeito de impacto no resultado primário, será menor do que o previsto no Orçamento; quando negativo, expressa um impacto no resultado maior do que o gasto orçado. A complementação de voto do relator incluiu um *float* positivo de 3,2 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários do RGPS. Ou seja, o gasto, para fins de apuração dos resultados fiscais, será R\$ 3,2 bilhões inferior à dotação do Orçamento. Embora a alteração fizesse sentido – pois o valor é compatível com o histórico para os gastos do RGPS –, na prática, ela representou um espaço adicional para ampliação de despesas.

No total, o Congresso teve R\$ 119,1 bilhões para alocar em novas despesas, R\$ 6,0 bilhões acima do espaço gerado com a PEC dos Precatórios. A Tabela 6 detalha origem e destino desse espaço durante a tramitação do PLOA no Congresso.

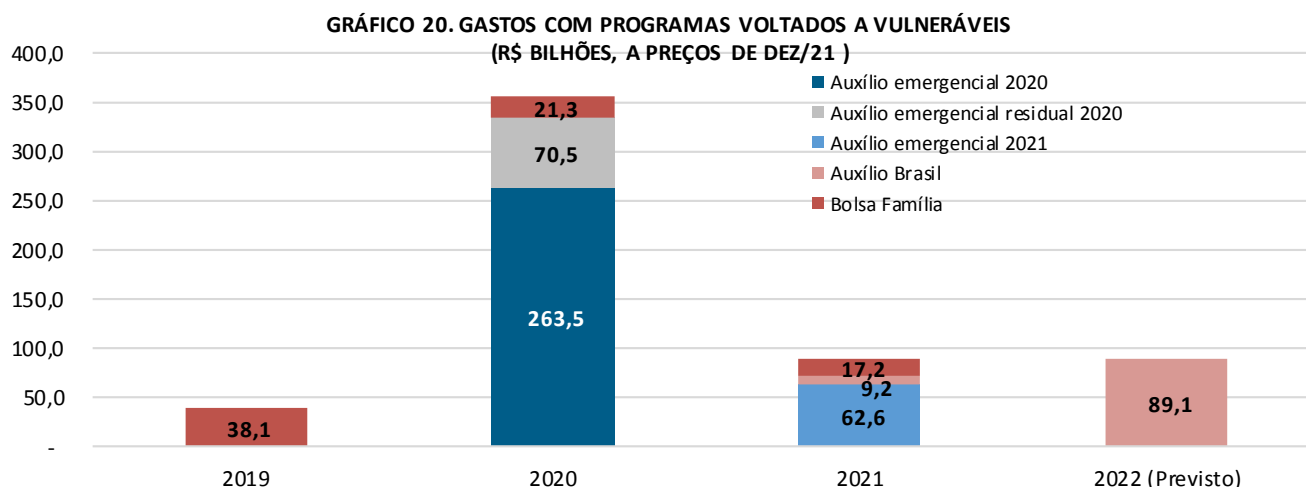
**TABELA 6. ORIGEM E DESTINO DO ESPAÇO FISCAL ABERTO DURANTE A TRAMITAÇÃO DO ORÇAMENTO (R\$ BILHÕES)**

Origem	Valor	Destino	Valor
PEC dos Precatórios	113,1	Auxílio Brasil	54,6
<i>Recálculo do teto de gastos</i>	69,6	Benefícios Previdenciários	27,5
<i>Redução de gastos com sentenças e precatórios</i>	43,5	Emendas de Relator-Geral	16,5
Cortes em pessoal (exceto sentenças)	2,8	Gastos da Saúde (reajuste do piso)	4,0
Benefícios previdenciários ( <i>float</i> )	3,2	Ampliação do teto dos demais Poderes	2,9
		Financiamento de campanha eleitoral	2,8
		BPC	2,7
		Abono salarial e seguro-desemprego	2,4
		Auxílio Gás Social	1,9
		Gastos com pessoal	2,4
		<i>Dos quais Reajustes a servidores</i>	1,8
		Outros acréscimos	1,3
<b>Total</b>	<b>119,1</b>		<b>119,1</b>
<i>IPCA 2021 estimado (%)</i>	<i>10,18</i>		

Fonte: Relatório Final da CMO. Elaboração: IFI.

**O principal destino do espaço gerado pela PEC dos Precatórios é o programa Auxílio Brasil.** As despesas decorrentes do Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família, alcançam R\$ 54,6 bilhões no Orçamento aprovado pelo Congresso. Desse total, R\$ 54,4 bilhões se referem às transferências propriamente ditas e R\$ 200 milhões a gastos operacionais do programa. O valor alocado pelo Legislativo para as transferências se somou aos R\$ 34,7 bilhões previstos no PLOA. Portanto, as transferências do Auxílio Brasil somam R\$ 89,1 bilhões no Orçamento de 2022.

**A despesa prevista com o Auxílio Brasil é praticamente igual ao gasto dos programas sociais de 2021.** No ano passado, foram gastos R\$ 17,2 bilhões com o Bolsa Família, R\$ 62,6 bilhões com o Auxílio Emergencial e R\$ 9,2 bilhões com o Auxílio Brasil (a preços de dezembro de 2021). Ao todo, esses gastos somaram R\$ 90,0 bilhões, valor quase idêntico aos R\$ 89,1 bilhões previstos com o Auxílio Brasil em 2022 (Gráfico 20). O montante representa um avanço significativo em relação ao Bolsa Família, que, em 2019, custava R\$ 38,1 bilhões. Por outro lado, é muito aquém dos R\$ 355,3 bilhões gastos em 2020 com programas assistenciais para pessoas em situação de vulnerabilidade.



Fonte: Siga Brasil (dados realizados) e Relatório Final da CMO (previsão para 2022). Elaboração: IFI.

**O reajuste de gastos indexados à inflação foi o segundo principal destino do espaço fiscal da PEC dos Precatórios.**

As despesas com benefícios do RGPS, BPC, abono salarial e seguro-desemprego são indexadas ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de dezembro do ano anterior. A proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso, no fim de agosto, previa que o INPC de 2021 ficaria em 6,2%. Com inflação mais resiliente, no decorrer do segundo semestre, as estimativas foram sendo revisadas para cima, impactando a projeção dos gastos indexados ao índice para 2022. O Relatório Final do PLOA adotou, para o INPC, o mesmo valor estimado para o IPCA, 10,18%, o que provocou um aumento de R\$ 32,6 bilhões nas projeções com as despesas indexadas. Desse total, R\$ 27,5 bilhões foram destinados aos benefícios do RGPS, R\$ 2,7 bilhões para o BPC e R\$ 2,4 para o abono salarial e o seguro-desemprego (Tabela 5).

No cenário base para 2022, a projeção da IFI para os gastos com benefícios previdenciários do RGPS é de R\$ 785,7 bilhões, maior do que o valor previsto no Orçamento aprovado pelo Congresso, que é de R\$ 777,7 bilhões. No caso da despesa com abono salarial e seguro-desemprego, nossa projeção totaliza R\$ 61,4 bilhões, R\$ 4,4 bilhões abaixo da previsão do Orçamento. Para o BPC, projetamos um gasto de R\$ 74,4 bilhões, inferior aos R\$ 76,2 bilhões do Orçamento (vide Tabela 7, no fim desta seção).

**As emendas de Relator-Geral preencheram outros R\$ 16,5 bilhões do espaço fiscal da PEC dos Precatórios.** É o terceiro ano consecutivo em que o Congresso inclui a identificação das emendas de Relator no Orçamento. A modalidade parece se consolidar, a despeito das controvérsias em torno da transparência dada ao uso desses recursos. O valor de 2022 é menor do que o previsto em 2020 (R\$ 30,1 bilhões) e em 2021 (26,0 bilhões), mas ainda representa montante expressivo, muito próximo do total destinado às emendas impositivas no Orçamento de 2022 (R\$ 16,8 bilhões).

**Para se adequar à nova regra do teto, o Relator-Geral destinou mais R\$ 4,0 bilhões à Saúde.** A Constituição garante uma aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde<sup>4</sup>. Desde a instituição do teto de gastos, o piso constitucional, no âmbito da União, passou a ser corrigido na forma do limite das despesas primárias, ou seja, o mínimo do ano anterior

<sup>4</sup> Art. 198, § 2º.

corrigido pela inflação medida pelo IPCA<sup>5</sup>. Portanto, a alteração da forma de cálculo do teto de gastos, pela PEC dos Precatórios, alcança também o piso da Saúde. No Relatório Final da CMO, considerou-se o piso de R\$ 139,9 bilhões, compatível com a estimativa de 10,18% para o IPCA de 2021. Para adequar o Orçamento ao novo piso, o Relator-Geral acrescentou R\$ 4,0 bilhões às despesas da Saúde sujeitas à aplicação mínima<sup>6</sup>.

**O recálculo do teto ampliou em R\$ 2,9 bilhões os limites dos demais Poderes e órgãos autônomos.** O aumento de R\$ 67,7 bilhões no teto de gastos, proveniente da nova regra, se divide entre os quinze limites individuais definidos pela Constituição. Do total, R\$ 64,8 bilhões se referem ao Executivo e R\$ 2,9 bilhões aos demais Poderes e órgãos autônomos (assim entendidos aqueles a quem a Constituição atribuiu limite específico). A Tabela 5, no início desta seção, detalha os limites por Poder e órgão, de acordo com a nova regra, comparando-os com a despesa programada no Orçamento. O fato importante é que, apesar do reajuste dos limites, os gastos dos demais Poderes não foram ampliados pelo Congresso, pelo menos até o momento. No decorrer da execução orçamentária, é provável que essa folga se converta em pressão por créditos adicionais, inclusive os relacionados a reajustes salariais.

**O Congresso ampliou os recursos para financiamento de campanha em R\$ 2,8 bilhões.** Pela LDO<sup>7</sup>, os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, no Orçamento de 2022, devem corresponder ao somatório dos seguintes valores: (a) 25% da soma do orçamento da Justiça Eleitoral em 2021 com o gasto previsto para 2022; e (b) somatória da compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação da propaganda partidária efetuada em 2016 e 2017, atualizada pelo INPC. Esse total equivale a R\$ 5,7 bilhões. Na Proposta Orçamentária enviada pelo Executivo, em agosto, o valor previsto era de apenas R\$ 2,1 bilhões. No Congresso, por meio de emenda do Relator-Geral, no valor de R\$ 2,8 bilhões, os recursos chegaram a R\$ 4,9 bilhões, ainda inferiores ao montante definido seguindo a regra da LDO. Essa será mais uma fonte de pressão sobre o Orçamento durante a execução.

Em complemento à Tabela 6, o Gráfico 21 mostra como o Congresso utilizou o espaço fiscal aberto durante a tramitação do Orçamento de 2022.

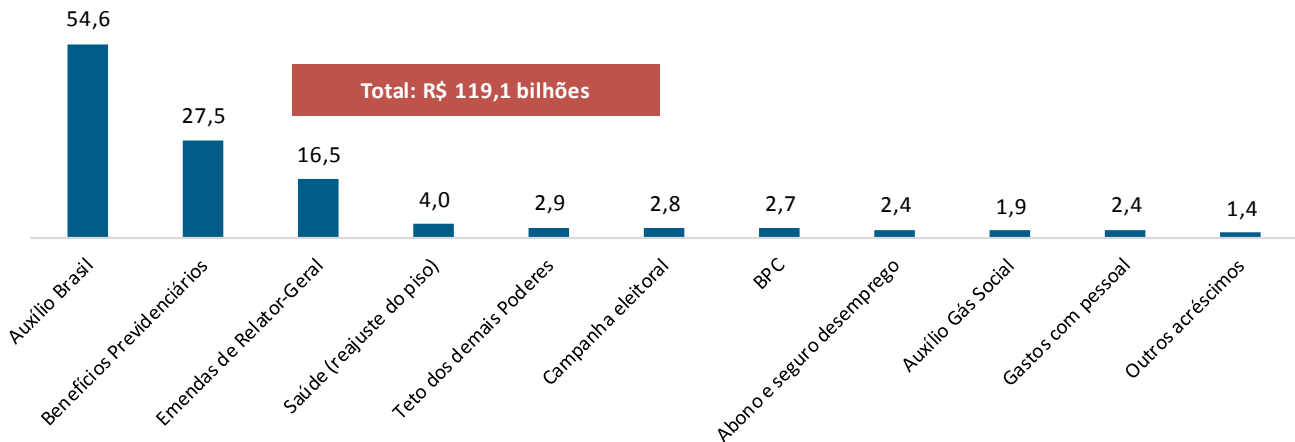
---

<sup>5</sup> Art. 110 do ADCT.

<sup>6</sup> Os gastos com manutenção e desenvolvimento do Ensino também estão sujeitos a aplicação mínima (art. 212 c/c art. 110 do ADCT), cujo cálculo também foi alterado pela PEC dos Precatórios. Neste caso, porém, as despesas programadas no PLOA já estavam significativamente maiores do que o mínimo constitucional, mesmo considerando a nova forma de correção.

<sup>7</sup> Art. 12, inciso XXVII, da Lei nº 14.194/2021.

**GRÁFICO 21. COMO O CONGRESSO USOU O ESPAÇO FISCAL ABERTO DURANTE A TRAMITAÇÃO DO ORÇAMENTO (R\$ BILHÕES)**



Fonte: Relatório Final da CMO. Elaboração: IFI.

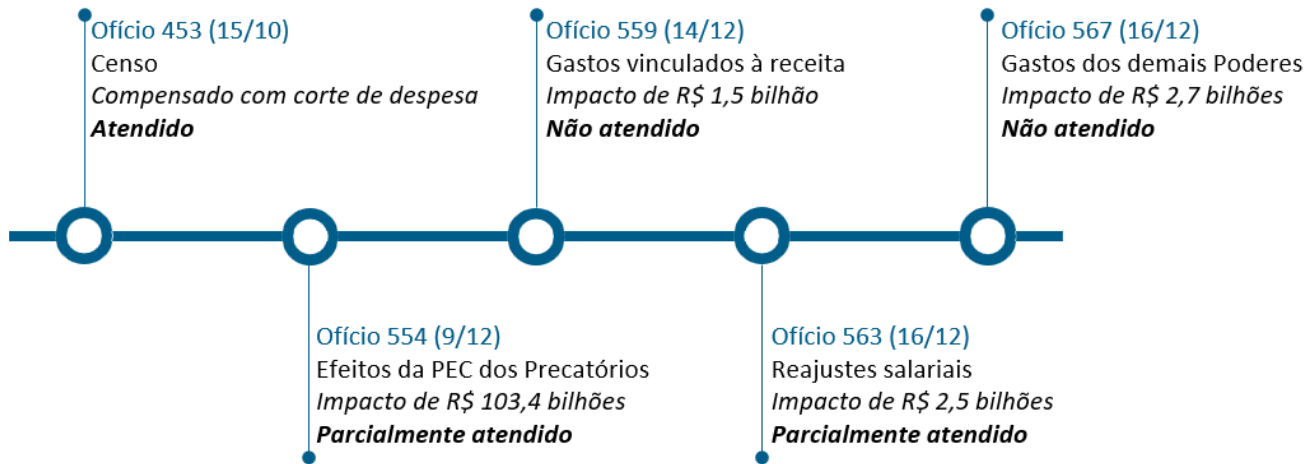
**Parte do gasto acrescido pelo Congresso ficou abaixo do valor indicado pelo Executivo.** Durante a tramitação do Orçamento, o Executivo enviou cinco ofícios ao Relator-Geral do PLOA com solicitações de ajustes na despesa primária, como a inclusão das despesas com o Auxílio Brasil e o reajuste de gastos indexados ao INPC. No total, o impacto fiscal dos pedidos somou R\$ 110,1 bilhões. Desse valor, apenas R\$ 95,3 bilhões foram atendidos. A diferença, no montante de R\$ 15,1 bilhões, é um dos fatores que possibilitaram ao Congresso Nacional alocar parte do espaço aberto pela PEC dos Precatórios em despesas não indicadas pelo Executivo, como as emendas de Relator-Geral e financiamento de campanha eleitoral.

Por outro lado, o não atendimento de parte das solicitações pode gerar a necessidade de ajustes nas despesas primárias durante a execução orçamentária. Um dos pedidos não atendidos se refere à ampliação de despesas nos demais Poderes e órgãos autônomos em virtude da elevação dos seus limites de gastos primários. Como visto no início desta seção, esses órgãos iniciam o exercício com uma folga total de R\$ 3,1 bilhões em relação aos limites.

A imagem a seguir traça uma linha do tempo com as solicitações feitas pelo Executivo ao Relator-Geral.

É fundamental destacar que, pelas estimativas da IFI, os valores fixados na LOA, após as mudanças do relator, não parecem subestimados. Podem, inclusive, sob esse critério, guardar ainda alguma superestimativa. Evidentemente, trata-se aqui de uma comparação entre a LOA e o cenário da IFI, que embute incertezas.

**QUADRO 1. SOLICITAÇÕES ENVIADAS AO CONGRESSO PELO EXECUTIVO**



Fonte: Câmara dos Deputados. Elaboração: IFI.

**O Orçamento aprovado de 2022, sob impacto da PEC dos Precatórios, revela um quadro fiscal ainda mais difícil.**

Como visto na seção de Conjuntura Fiscal, o Resultado do Tesouro Nacional, que será divulgado oficialmente no dia 28 de janeiro, deverá mostrar um deficit para o governo central próximo a R\$ 38,2 bilhões (0,4% do PIB) em 2021. Ainda que muito afetado pela inflação, que impactou sobretudo a arrecadação, seria o melhor resultado desde 2014. Para 2022, o PLOA previa inicialmente um deficit de R\$ 49,6 bilhões (0,5% do PIB). Em contexto de alta de juros e crescimento baixo, o valor não é suficiente para estabilizar a dívida pública. As mudanças promovidas com a aprovação da PEC dos Precatórios aumentam esse desafio, além de minar a credibilidade da política fiscal. No Autógrafo do PLOA, o deficit primário do governo central passa para R\$ 79,4 bilhões. A IFI prevê um deficit ainda maior, da ordem de R\$ 106,2 bilhões (1,1% do PIB), em cenário que combina queda da arrecadação, em proporção do PIB, e despesas primárias relativamente estáveis, com gastos do Auxílio Brasil substituindo em boa medida a redução nas despesas extraordinárias para enfrentamento da covid-19.

A Tabela 7 detalha o resultado primário do governo central previsto no Orçamento de 2022, comparando-o com os dados coletados pela IFI para 2021 e as projeções para este exercício.



**TABELA 7. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL**

Discriminação	2021		2022							
	Realizado (IFI)		PLOA		Autógrafo		Projeção IFI		Projeção IFI - Autógrafo	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.930,9</b>	<b>22,2</b>	<b>1.958,8</b>	<b>20,8</b>	<b>2.030,5</b>	<b>21,3</b>	<b>2.019,2</b>	<b>21,4</b>	<b>-11,3</b>	<b>0,1</b>
Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	1.197,1	13,8	1.245,0	13,2	1.288,9	13,5	1.293,2	13,7	4,3	0,2
Incentivos Fiscais	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Arrecadação Líquida para o RGPS	460,4	5,3	483,0	5,1	499,4	5,2	486,8	5,2	-12,5	0,0
Receitas Não Administradas pela RFB	273,5	3,1	230,8	2,5	242,3	2,5	239,2	2,5	-3,0	0,0
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	<b>354,7</b>	<b>4,1</b>	<b>361,8</b>	<b>3,9</b>	<b>386,4</b>	<b>4,1</b>	<b>385,0</b>	<b>4,1</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,0</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.576,2</b>	<b>18,2</b>	<b>1.596,9</b>	<b>17,0</b>	<b>1.644,1</b>	<b>17,2</b>	<b>1.634,2</b>	<b>17,3</b>	<b>-9,9</b>	<b>0,1</b>
<b>Despesa Primária</b>	<b>1.614,4</b>	<b>18,6</b>	<b>1.646,5</b>	<b>17,5</b>	<b>1.723,5</b>	<b>18,1</b>	<b>1.740,4</b>	<b>18,4</b>	<b>10,3</b>	<b>0,3</b>
Benefícios previdenciários	709,7	8,2	765,6	8,1	777,7	8,2	785,7	8,3	1,4	0,0
Pessoal e encargos sociais	329,5	3,8	342,8	3,6	336,1	3,5	335,4	3,6	-0,7	0,1
Abono e Seguro-desemprego	45,9	0,5	63,5	0,7	65,8	0,7	61,4	0,6	-4,4	-0,1
BPC	67,7	0,8	73,5	0,8	76,2	0,8	74,4	0,8	-1,7	0,0
Créditos Extraordinários	117,2	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	19,0	0,2	19,0	0,2
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	7,3	0,1	3,2	0,0	3,2	0,0	8,1	0,1	4,9	0,1
Complementação da União ao FUNDEB	22,0	0,3	30,1	0,3	30,1	0,3	33,8	0,4	3,7	0,1
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	11,0	0,1	18,0	0,2	18,0	0,2	15,1	0,2	-2,9	0,0
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	18,8	0,2	43,7	0,5	27,0	0,3	17,0	0,2	-10,0	-0,1
Subsídios e Subvenções	7,9	0,1	13,4	0,1	13,4	0,1	11,6	0,1	-1,8	0,0
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	2,1	0,0	5,0	0,1	2,1	0,0	-2,8	-0,1
Demais despesas obrigatórias sem controle de fluxo	8,4	0,1	27,5	0,3	13,9	0,1	11,0	0,1	-2,9	0,0
Despesas do Executivo sujeitas à programação financeira	269,0	3,1	263,2	2,8	357,1	3,7	365,8	3,9	8,7	0,2
Obrigatórias com Controle de Fluxo	145,2	1,7	164,6	1,8	223,2	2,3	214,2	2,3	-8,9	0,0
Discrecionárias	123,8	1,4	98,6	1,0	134,0	1,4	151,6	1,6	17,6	0,2
<b>Resultado Primário do Governo Central</b>	<b>-38,2</b>	<b>-0,4</b>	<b>-49,6</b>	<b>-0,5</b>	<b>-79,4</b>	<b>-0,8</b>	<b>-106,2</b>	<b>-1,1</b>	<b>-20,3</b>	<b>-0,3</b>

Fonte: Relatório Final da CMO e IFI. Elaboração: IFI.

## Tabelas fiscais

TABELA 8. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO BASE (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	21,9	21,4	21,5	21,3	21,2	21,0	20,9	20,7	20,6	20,4
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,9
<b>Receita Líquida</b>	16,1	17,9	17,3	17,3	17,2	17,1	17,0	16,8	16,7	16,6	16,5
<b>Despesa Primária</b>	26,1	18,9	18,4	17,9	17,4	16,9	16,5	16,0	15,7	15,3	15,0
<b>Obrigatórias</b>	24,6	17,3	16,7	16,4	16,1	15,7	15,5	15,1	14,8	14,5	14,1
Benefícios previdenciários	8,9	8,2	8,2	8,1	7,9	7,7	7,5	7,2	7,0	6,8	6,6
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,8	3,6	3,5	3,5	3,4	3,3	3,3	3,2	3,1	3,1
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,7	3,2	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	1,9
sem Controle de Fluxo	6,9	1,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	2,3	2,2	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,9	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
<b>Discretionárias do Poder Executivo</b>	1,4	1,6	1,6	1,5	1,3	1,2	1,0	0,9	0,9	0,8	0,8
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-1,0	-1,1	-0,6	-0,2	0,2	0,5	0,8	1,1	1,4	1,6
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>PIB nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>7.467,6</b>	<b>8.684,3</b>	<b>9.448,1</b>	<b>10.119,5</b>	<b>10.730,4</b>	<b>11.382,3</b>	<b>12.069,4</b>	<b>12.799,7</b>	<b>13.574,8</b>	<b>14.399,5</b>	<b>15.278,0</b>

TABELA 9. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO OTIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	22,0	21,5	21,6	21,4	21,2	21,0	20,9	20,7	20,5	20,4
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	4,1	4,1	4,1	4,1	4,1	4,0	4,0	3,9	3,9
<b>Receita Líquida</b>	16,1	18,0	17,4	17,4	17,3	17,1	17,0	16,9	16,7	16,6	16,5
<b>Despesa Primária</b>	26,1	18,9	18,3	17,7	17,1	16,5	16,0	15,4	14,8	14,3	13,7
<b>Obrigatórias</b>	24,6	17,3	16,7	16,1	15,6	15,1	14,8	14,3	13,9	13,4	13,0
Benefícios previdenciários	8,9	8,1	8,2	8,0	7,8	7,5	7,2	7,0	6,7	6,5	6,3
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,8	3,5	3,4	3,3	3,2	3,0	2,9	2,8	2,7	2,6
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,7	3,2	2,6	2,3	2,3	2,2	2,1	2,0	1,9	1,8	1,8
sem Controle de Fluxo	6,9	1,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	2,3	2,2	2,1	2,0	2,0	1,9	1,8	1,7	1,7
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7
<b>Discretionárias do Poder Executivo</b>	1,4	1,6	1,6	1,5	1,4	1,3	1,2	1,1	1,0	0,9	0,7
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-0,9	-0,9	-0,2	0,2	0,7	1,0	1,4	1,9	2,3	2,8
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>PIB nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>7.467,6</b>	<b>8.702,9</b>	<b>9.503,6</b>	<b>10.185,1</b>	<b>10.879,2</b>	<b>11.644,2</b>	<b>12.472,7</b>	<b>13.368,8</b>	<b>14.340,2</b>	<b>15.394,0</b>	<b>16.530,7</b>

TABELA 10. PROJEÇÕES DA IFI PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL – CENÁRIO PESSIMISTA (% DO PIB)

Discriminação	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
<b>Receita Bruta</b>	19,7	21,8	20,7	20,5	20,1	19,9	19,7	19,5	19,3	19,1	18,9
<b>Transferências por repartição de receita a E&amp;M</b>	3,5	4,0	4,0	4,0	4,0	3,9	3,9	3,8	3,8	3,7	3,6
<b>Receita Líquida</b>	16,1	17,9	16,7	16,5	16,1	16,0	15,8	15,7	15,5	15,4	15,3
<b>Despesa Primária</b>	26,1	18,9	18,4	17,7	17,1	17,0	17,1	17,1	17,1	17,0	17,1
<b>Obrigatórias</b>	24,6	17,3	16,8	16,5	16,4	16,4	16,4	16,5	16,5	16,4	16,5
Benefícios previdenciários	8,9	8,2	8,3	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2
Pessoal e encargos sociais	4,3	3,8	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,7	3,7	3,8	3,8
Abono e Seguro desemprego	0,8	0,5	0,7	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5
Abono salarial	0,3	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Seguro desemprego	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
BPC	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,9
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Complementação da União ao FUNDEB	0,2	0,3	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Sentenças judiciais e precatórios (custeio e capital)	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1
Subsídios e Subvenções	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Demais obrigatórias	8,7	3,2	2,6	2,4	2,3	2,2	2,2	2,1	2,1	2,0	1,9
sem Controle de Fluxo	6,9	1,5	0,3	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1
com Controle de Fluxo	1,8	1,6	2,3	2,2	2,1	2,1	2,0	2,0	1,9	1,9	1,8
dos quais Bolsa Família	0,3	0,3	0,9	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7
<b>Discrecionárias do Poder Executivo</b>	1,4	1,6	1,6	1,2	0,7	0,7	0,7	0,7	0,6	0,6	0,6
<b>Resultado Primário</b>	-10,0	-1,0	-1,7	-1,3	-1,0	-1,1	-1,3	-1,4	-1,6	-1,6	-1,8
<b>Memo:</b>											
Gastos com a Covid-19	7,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>PIB nominal (R\$ bilhões)</b>	<b>7.467,6</b>	<b>8.678,2</b>	<b>9.418,4</b>	<b>10.085,8</b>	<b>10.697,4</b>	<b>11.342,2</b>	<b>12.033,3</b>	<b>12.769,3</b>	<b>13.551,2</b>	<b>14.381,2</b>	<b>15.255,9</b>

## Projeções da IFI

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Projeções			
								2021	2022	2023	2024
PIB – crescimento real (% a.a.)	0,50	-3,55	-3,28	1,32	1,78	1,22	-3,88	4,63	0,51	2,02	2,02
PIB – nominal (R\$ bilhões)	5.779	5.996	6.269	6.585	7.004	7.389	7.468	8.684	9.448	10.119	10.730
IPCA – acum. (% no ano)	6,41	10,67	6,29	2,95	3,75	4,31	4,52	10,42	5,32	3,20	3,12
Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$)	2,66	3,90	3,26	3,31	3,87	4,03	5,20	5,60	5,71	5,57	5,30
Ocupação - crescimento (%)	1,32	-0,04	-2,01	0,32	1,73	2,23	-7,75	4,60	2,00	0,91	0,91
Massa salarial - crescimento (%)	3,69	-1,21	-3,37	1,99	3,29	2,73	-3,69	-1,95	0,51	2,02	2,02
Selic – fim de período (% a.a.)	11,75	14,25	13,75	7,00	6,50	4,50	2,00	9,25	11,25	7,50	7,00
Juros reais <i>ex-ante</i> (% a.a.)	5,93	8,32	6,41	2,82	2,61	0,79	-0,70	4,72	2,89	3,40	3,46
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% do PIB)	-0,56	-1,86	-2,48	-1,68	-1,55	-0,84	-9,41	0,14	-0,64	-0,45	-0,29
dos quais Governo Central	-0,41	-2,01	-2,57	-1,89	-1,72	-1,28	-10,06	-0,96	-1,12	-0,70	-0,44
Juros Nominais Líquidos (% do PIB)	5,39	8,37	6,49	6,09	5,41	4,97	4,18	5,71	7,43	5,83	4,39
Resultado Nominal (% do PIB)	-5,95	-10,22	-8,98	-7,77	-6,96	-5,81	-13,60	-5,56	-8,07	-6,29	-4,68
Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB)	56,3	65,5	69,8	73,7	75,3	74,4	88,6	82,1	84,8	86,6	87,4